

O PRESIDENCIALISMO E AS ELEIÇÕES DE OUTUBRO II

Aldo B. Campagnola¹

Com as eleições para a renovação dos executivos e dos legislativos em todo o Brasil nasce sempre a esperança de uma nova época na vida da Nação.

E, como vem acontecendo até hoje na república presidencial, após a posse, em seguida, vem a desilusão com o comportamento de grande número de eleitos. E por quê?

A resposta é simples. A fundação da República no Brasil não foi resultado de um plebiscito e sim de um golpe de estado. Somente em 1993 os brasileiros foram chamados a deliberar que forma e sistema de governo desejavam e escolheram a forma republicana e o sistema presidencialista de governo. Em função disto, chegamos em 2014, com um governo que tem 39 ministérios para poder governar, distribuídos pelos cerca de 30 partidos devidamente registrados no TSE, sem contar com os em gestação para conseguir os 492.000 eleitores aderentes, para poder eleger os legislativos e executivo.

Acontece que o sistema a presidencialista de coalizão daqui, obriga o executivo a criar ministérios, para poder obter maioria nos legislativos, para poder governar.

O resultado é o que todos nós sabemos: negociatas, trocas de partido, corrupção, proliferação de departamentos, para acomodar os políticos, que vendem seus apoios, criando feudos partidários, nos vários ministérios, que são leiloados pelo executivo.

O resultado está aí. Déficits orçamentários, os estados e municípios de chapéu na mão vão bater nos cofres da União, para receber ajuda, porque a União monopoliza as verbas e as distribui como bem entende, dando as migalhas aos estados. A Federação no Brasil não existe, pois os estados praticamente arrecadam para pagar suas folhas, ficando dependentes da União para sobreviver. Esta é a triste realidade.

¹ Conselheiro do IBEM